



## Parecer prévio

Parecer nº563/2023

É submetido a exame desta Procuradoria, para parecer prévio, o Projeto de Lei de iniciativa parlamentar em epígrafe, que propõe a declaração de utilidade pública à Associação de Familiares e Amigos das Pessoas com Autismo - AFAPA, com sede e foro nesta Capital, com base na Lei nº 2.926, de 12 de julho de 1966, e alterações posteriores.

Trata-se de matéria de interesse local e de iniciativa concorrente.

Por sua vez, a Lei Municipal n. 2.926/66 prevê a possibilidade de declaração de utilidade pública, por lei, para as sociedades civis, as associações e as fundações constituídas no território do Município, com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade, desde que observados uma série de requisitos, quais sejam:

- a) comprovação de ter personalidade jurídica;
- b) estar em efetivo funcionando, ininterrupto, por mais de três anos;
- c) que os cargos de sua Diretoria não são remunerados;
- d) que servem desinteressadamente à coletividade, comprovando tal fato mediante a relação circunstanciada dos serviços relevantes prestados à coletividade, durante três anos ininterruptos, além de Atestado de Pleno e Regular Funcionamento expedido pelo Poder Executivo Municipal (Decreto nº 20.184/2019).

Na espécie, tenho que os requisitos legais foram parcialmente atendidos, uma vez que os três anos ininterruptos de pleno funcionamento não foram devidamente comprovados, o que deve ser objeto de complementação.

Ante o exposto, observada a presente recomendação, entendo que não haverá óbice à tramitação do projeto.

É o parecer.



Documento assinado eletronicamente por **Andre Teles, Procurador**, em 15/06/2023, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0572243** e o código CRC **3CC3FCD5**.

Referência: Processo nº 020.00024/2023-43

SEI nº 0572243